

## Cap. I – Historiografia e Tradução

Este capítulo tem como objectivo fazer uma breve e concisa aproximação diacrónica ao papel da tradução, seu impacto e influência no curso da História da Europa e da própria Humanidade, até ao século XIX, época em que foram produzidas as narrativas bélicas que constituem o epicentro deste trabalho académico. Tentar-se-á ainda estabelecer a ponte entre a tradução e a historiografia, procurando saber, de uma maneira geral, até que ponto se relacionaram ou se influenciaram. Terminar-se-á este capítulo, como atrás foi referido, conferindo particular ênfase à centúria oitocentista, às narrativas de viagem e ao seu potencial enquanto fonte historiográfica, designadamente às que foram escritas por militares estrangeiros com o intuito de dar testemunho directo dos acontecimentos da guerra civil de 1828 – 1834.

### 1. A Tradução na História

A era actual de globalização, de evolução tecnológica e de proliferação dos meios de comunicação não veio propriamente inaugurar a comunicação entre línguas e culturas. Desde há muito que se estabelecem pontes entre povos de ‘mundos’ diferentes e, entre essas pontes, a tradução destaca-se como elemento fundamental ao entendimento e à convivência. Poder-se-á dizer até que as principais mudanças culturais da História estão indelevelmente ligadas à tradução. Assim aconteceu com a transposição dos textos budistas de sânscrito ou páli para chinês na Alta Idade Média. Elevado impacto teve também a transmissão da filosofia grega para a língua árabe, bem como a conseqüente tradução de alguns textos do árabe para latim, durante as primeiras centúrias medievais<sup>1</sup>. Da idade moderna refira-se as traduções de textos ocidentais para japonês e chinês, que determinaram a aproximação desses dois países ao Ocidente nos séculos XIX e XX. E foi também nos grandes movimentos e correntes culturais europeias que a tradução ganhou relevância e visibilidade. Na Renascença (séc. XV e XVI), ao proplado ‘renascimento’ da cultura europeia não podia estar alheia a tradução de textos clássicos, bem como a nova forma de interpretar a visão

---

<sup>1</sup> BURKE, P., HSIA R. P. (edit.). *Cultural Translation in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. I.

do mundo, que o ambiente artístico em geral ilustrava. E, de acordo com Susana Kampff Lages em *Walter Benjamin: Tradução e Melancolia*, não foi de pouca importância o papel dos tradutores nesta altura, pois o seu trabalho “construiu o contexto de referências fundamentais para o pensamento e a sensibilidade da cultura ocidental”<sup>2</sup>. Na Reforma e Contra-Reforma, as traduções de Erasmo, de Martinho Lutero, de Calvino, de Luís de Granada, de Roberto Bellarmino, entre outros, permitiram estender a vários países os conceitos, crenças e as ideias novas ou reformuladas dos seus autores, desempenhando um papel transformador com impacto directo na sociedade e no pensamento da época. Seria ainda difícil imaginar o curso da História se a tradução das obras de *Legenda Aurea* de Voragine, ou *A Vida de Cristo* de Ludolfo da Saxónia não tivessem chegado à tebaida de Inácio de Loyola, influenciando decisivamente a sua opção de vida religiosa, baseada na conversão e em novas concepções e métodos evangelizadores. É possível que o catolicismo se renovasse sem a Companhia de Jesus e sem o próprio fundador, mas torna-se difícil imaginar os contornos dessa renovação sem a sua decisiva influência e contribuição, da mesma forma que se torna quase inimaginável a expansão missionária da religiosidade católica neste período sem a tradução dos textos devocionais para as línguas dos povos a converter. A tradução era parte fulcral da estratégia de conversão dos Jesuítas, e importa ressaltar que houve mais de duas centenas e meia de tradutores desde a fundação da Ordem, em 1540, até finais do século XVIII<sup>3</sup>.

Jamais se poderia separar a tradução do catolicismo e da sua história, na medida em que a devoção e a religiosidade católica se encontraram e se encontram ainda inegavelmente ligadas ao texto escrito. Os livros desempenharam um papel determinante na transmissão de ideias, atitudes e padrões de comportamento, quer entre o clero quer entre fiéis da era moderna.

No período da Reforma Protestante é por demais conhecido o papel da tradução bíblica de Martinho Lutero. Porém, ainda antes disso, as famigeradas 95 teses sobre as Indulgências que Lutero escreveu e afixou à porta de uma igreja de Wittenberg foram amplamente copiadas e traduzidas.

---

<sup>2</sup> LAGES, S. *Op. Cit.*, p. 52.

<sup>3</sup> BURKE, HSIA. *Cultural Translation in Early Modern Europe*, p. 15.

Certamente que estas traduções foram parte decisiva no impacto que o documento teve em diversos pontos do mapa europeu e na difusão das principais ideias nele contidas. Nos anos 20 do séc. XVI, Lutero traduz a Bíblia pela primeira vez para a língua alemã, possibilitando assim o acesso de milhares de pessoas ao Livro Sagrado. A partir daqui seguiram-se novas traduções, novos textos e catecismos, até como parte da estratégia de disseminação doutrinária. Os conceitos e os pensamentos Luteranos depressa criaram cisões profundas na Igreja Católica, obrigando mais tarde a que se desencadeasse o chamado movimento da Contra-Reforma, como resposta convulsa ao crescimento exponencial do Protestantismo. Dá-se nesta altura um encontro dramático entre a tradução e a História, com a condenação à fogueira de muitos dos que se ‘atreveram’ a transpor linguisticamente a Bíblia para outro idioma que não o latim. A condenação e morte do protestante William Tyndale (1494-1536), que traduziu a Bíblia para o inglês moderno (com o objectivo de tornar o Novo Testamento acessível a todo o povo e não apenas ao clero), foi um dos casos mais notáveis da História.

O avanço da Revolução Científica (séc. XVI e XVII) pode também, de certa forma, ser medido pelas traduções das obras de grandes vultos da Ciência, como Galileu ou Isaac Newton<sup>4</sup>. Neste período, as traduções de livros científicos não eram, no entanto, muito abundantes. Na área da medicina, por exemplo, as obras traduzidas tinham um propósito muito específico: eram feitas por especialistas e para especialistas, com o objectivo de divulgar novas e úteis informações sobre as mais perigosas e mortíferas enfermidades<sup>5</sup>. A transposição linguística era sobretudo do vernáculo para latim, e servia em primeira instância para inserir os autores na dignificante academia europeia, que tinha precisamente o latim como língua franca ("língua franca" que, na actualidade, será o inglês, depois de o francês ter já desempenhado esse papel).

Por outro lado, com a tradução verificava-se a redução do controlo dos autores sobre o conteúdo das suas próprias obras, que caíam assim em domínio público e ficavam facilmente sujeitas às opções tradutivas e às estratégias comerciais de livreiros. Entenda-se aqui a noção de “público”

---

<sup>4</sup> BURKE, HSIA. *Cultural Translation in Early Modern Europe*, p. 10.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 167.

numa perspectiva restrita, elitista e em nada identificável com a actual noção massificada de “público”. Os leitores, neste contexto específico, seriam as elites letradas, versadas em latim e com possibilidade socioeconómica de acesso aos livros. Contudo, a tradução das obras para latim implicou mudanças junto desse público-alvo: o número de leitores aumentou - se bem que de forma sempre restrita e elitista - e as obras passaram a transpor fronteiras com maior frequência. Por vezes, ignoravam-se as circunstâncias da primeira publicação e os conteúdos passavam a possibilitar aqui e ali interpretações mais livres por parte dos leitores<sup>6</sup>.

Só mais tarde viria aquilo que se poderá apelidar de “democratização da cultura”, sobretudo pela alfabetização crescente da aristocracia, da burguesia e posteriormente até das classes populares, num processo evolutivo, apesar de tudo, bastante lento. Certo é que uma vez alcançado tal ‘estágio’ de alfabetização generalizada, tomam lugar, por via da literatura traduzida e desse meio de disseminação de ideias que era o livro, transformações e convulsões revolucionárias na História europeia e mundial. Na primeira metade do séc. XVII, algumas das obras que ganharam dimensão à escala mundial foram já inicialmente escritas e publicadas em vernáculo, de que é exemplo *Discours de la Méthode*, de René Descartes, um revolucionário tratado filosófico sobre os preceitos que deveriam inspirar o método científico<sup>7</sup>. Na centúria seguinte, mais concretamente em 1787, a influente obra *Kritik der reinen Vernunft* (Crítica da Razão Pura) de Immanuel Kant, também inicialmente publicada no idioma do autor, conheceu três traduções para língua inglesa no séc. XIX (1838, 1855 e 1881) e mais quatro no séc. XX. O mesmo fizeram outros pensadores, filósofos e cientistas em oitocentos, casos de Friedrich Nietzsche ou Karl Marx, publicando primeiro no seu próprio idioma e depois vendo os livros vertidos para outros idiomas. A histórica obra *O Capital* de Marx, datada de 1867, recebeu a sua primeira tradução para francês e russo entre 1872 e 1875, com revisão e algumas alterações introduzidas pelo próprio autor. A partir de então a obra difundiu-se à escala global e foi sucessivamente traduzida e reeditada em diversas línguas, datando uma das primeiras, senão a primeira, edição em

---

<sup>6</sup> BURKE, HSIA. *Cultural Translation in Early Modern Europe*, p. 179.

<sup>7</sup> PEREIRA, D. C. *Nova Educação na Nova Ciência para a Nova Sociedade: Fundamentos de uma Pedagogia Científica Contemporânea*. Porto: Universidade do Porto, 2007, p. 88.

língua portuguesa (Rio de Janeiro, Brasil) de 1968, pela editora Civilização Brasileira, um século depois da edição alemã original<sup>8</sup>.

Nesta fase – séc. XVIII e XIX – estávamos já, curiosamente, como que perante uma inversão da lógica comercial actual, que por sua vez se assemelha em certa medida à lógica primitiva. Presentemente, os textos científicos só circulam no mercado global após tradução, sobretudo para língua inglesa, tal como acontecia na fase inicial com a transposição para latim. Não será esta uma nova forma de elitização do saber? Não será contrária à “democratização cultural” a divulgação ou captação de trabalhos científicos exclusivamente por parte de quem domine o inglês, e sobretudo a um patamar de fluência oral e/ou escrita que corresponda às exigências do rigor e das especificidades da terminologia científica?

Mas o século XVIII trouxe também novas interrogações relativamente ao dever moral do tradutor face ao leitor da sua época. Ganha importância a consciência da necessidade de clarificar e transmitir a essência ou espírito dos textos, o que leva mesmo a um crescente número de reedições de obras de autores de grande nomeada como Shakespeare ou Racine<sup>9</sup>. Mais relevante ainda, e de acordo com Bassnett, é o facto de esta centúria ficar marcada pelo surgimento da noção do direito de qualquer indivíduo à leitura de textos no seu próprio idioma, o que veio, como facilmente se compreende, potenciar a prática tradutiva:

The right of the individual to be addressed in his own terms, on his own ground is an important element in eighteen-century translation and is linked to changing concepts of originality.<sup>10</sup>

O século seguinte (XIX) fica marcado pela reacção artística e cultural ao racionalismo e à harmonia formal, emergindo uma visão individualista do mundo, onde há um claro predomínio do sentimento sobre a razão: o chamado *Romantismo*. No âmbito tradutivo estabeleceu-se então um debate em torno da própria definição de ‘tradução’, distinguindo-se dois pólos claramente dissonantes: por um lado, a ideia inglesa que defendia a tradução como acto criativo – o *tradutor criador* – e, por outro, a concepção germânica

---

<sup>8</sup> MARTINS, J. T.; MOREIRA, V. “Introdução” in MARX, K. *O Capital – Livro I*. J. Teixeira Martins e Vital Moreira (trad.) Coimbra: Centelha-Produção do Livro SARL, 1974.

<sup>9</sup> BASSNET, Susan. *Translation Studies*. Revised edition. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1991, p. 61.

<sup>10</sup> *Idem, ibid.*

que encarava a transposição linguística como uma prática exclusivamente ‘mecânica’<sup>11</sup>. E foi precisamente desses dois países – Inglaterra e Alemanha – que nasceu o Romantismo, corrente que depressa se espalharia por todo o velho continente, influenciando as diversas áreas do saber, incluindo a História e a sua escrita, a Tradução e o seu *modus operandi*.

Relativamente ao nosso país, considera-se que a historiografia portuguesa propriamente dita começou a ser produzida durante o reinado de D. Dinis (1279-1325), sobretudo através de dois géneros: *Livros de Linhagens* e *Crónicas*. E vemos desde logo que a tradução surge intimamente ligada ao nascimento da própria escrita da História, porquanto a mais antiga *Crónica* que se conhece se trata precisamente de uma tradução<sup>12</sup>. A *Crónica do Mouro Rasis* é uma compilação árabe de natureza histórica e geográfica, traduzida pelo clérigo Gil Peres, que aborda a História peninsular antes da ocupação árabe (período romano e visigótico), bem como uma descrição geográfica da Espanha<sup>13</sup>. Foi apenas uma de várias traduções para o galego-português empreendidas pela escola historiográfica de Afonso X de Castela, avô do rei D. Dinis. Dessa escola saíam também *General Estoria*, traduzida parcial senão totalmente por duas vezes para a língua portuguesa, bem como a *Crónica de Espanha*, que veio servir de base a toda a produção cronística subsequente. Depois da tradução – que parece ter entrado em progressivo abandono – passou-se à fase da refundição das obras históricas, compilando-se textos de diversas origens e géneros (árabe, cristã; prosa e poesia), resultando daí a primeira compilação histórica portuguesa de grande vulto: *Crónica Geral de Espanha de 1344*, da autoria de D. Pedro, Conde de Barcelos<sup>14</sup>. Foi, pois, a partir desta colectânea que, no séc. XV, se redigiu a primeira *Crónica de Portugal*, uma “desintegração” da perspectiva histórica peninsular, certamente influenciada pelo “fortalecimento do sentimento de independência em relação ao resto da Península resultante da crise política de 1383-1385”<sup>15</sup>. Posteriormente, será o tabelião-geral do Reino, Fernão Lopes, quem transformará radicalmente a historiografia (até então do ramo

---

<sup>11</sup> BASSNET, Susan. *Translation Studies*, pp. 65-6.

<sup>12</sup> *DICIONÁRIO da Literatura*, Vol. II, Porto: Figueirinhas, 1990, p. 401.

<sup>13</sup> “Crónica do Mouro Rasis” in Infopédia [Online]. Porto: Porto Editora, 2003-2010. [http://www.infopedia.pt/\\$cronica-do-mouro-rasis](http://www.infopedia.pt/$cronica-do-mouro-rasis). Último acesso a 7 de Junho de 2010.

<sup>14</sup> *DICIONÁRIO da Literatura*, Vol. II, p. 402.

<sup>15</sup> *Idem, ibid.*

ou estilo afonsino) numa produção original. Não será ilógico pensar-se relativamente à historiografia que ganhando corpo próprio, sob a forma de produção nacional, a importação de fontes tenha perdido relevância e que tenha diminuído proporcionalmente o recurso à tradução. A mudança é no entanto lenta e as primeiras *Crónicas* de Fernão Lopes vêm ainda no seguimento da anterior escola historiográfica. O autor vai introduzindo todavia alguma novidade, como o aproveitamento de documentos notariais e a confrontação de fontes, para extrair do conjunto a “verdade” dos acontecimentos. Mas será sobretudo a sua visão, muito própria e fracturante, que marcará a diferença. Fernão Lopes procurará nivelar a importância das massas face ao indivíduo e o papel dos guerreiros face às transformações sociais e económicas do país no seu todo. Sucede-lhe no cargo de guarda das escrituras e de cronista o também célebre Gomes Eanes de Zurara. A sua carregada erudição e centralização de escritos na exaltação de feitos heróicos e nobiliárquicos fez de certo modo retroceder a historiografia ao estilo anterior a Fernão Lopes. Coube-lhe, no entanto, o papel vanguardista de realizar a *historiografia directa*, ou seja, aquela em que o historiador é coetâneo dos acontecimentos ou nos quais chega a participar directamente. Os séculos XV, XVI e XVII ficam marcados pela *Expansão* marítima, pelos *Descobrimentos* e pela descrição das aventuras nos *Cercos e Defesas*, que potenciarão a perspectiva heróica dos acontecimentos e fomentarão o cariz ou estilo narrativo/viajeiro no âmbito da escrita da História. Na época setecentista surgem as sumas ou compilações e as várias tentativas de criação de uma obra capaz de abranger toda a História de Portugal. Registamos neste período a tradução para português – a primeira? – de uma *História de Portugal*. A obra, originalmente escrita em inglês “por uma sociedade de literatos”<sup>16</sup>, foi traduzida em 1788 para o idioma de Camões por António de Morais Silva<sup>17</sup>.

O séc. XVIII fica também associado ao surgimento das ciências auxiliares da historiografia (Paleografia, Diplomática, Numismática, Esfragística, Filologia, Epigrafia, entre outras), e à necessidade de produção de uma História capaz de acompanhar uma sociedade europeia em transição e mesmo em revolução.

---

<sup>16</sup> *DICIONÁRIO da Literatura*. Vol. II. p. 401.

<sup>17</sup> *Ibid.*, pp. 401 e ss.

O séc. XIX com as suas convulsões políticas e ideológicas será o herdeiro de todas estas transformações, de todo o trabalho setecentista, designadamente no âmbito historiográfico, mas de resto também no âmbito literário e filosófico.

## 2. A historiografia portuguesa a partir do séc. XIX

O *Romantismo*, essa marcante e transversal corrente artística da centúria de oitocentos e do princípio do século XX, veio a reflectir-se na literatura portuguesa em geral e também, como não poderia deixar de ser, na própria escrita da História. Também a tradução parece ter acompanhado o movimento e, entre 1835 e 1850, traduz-se sobretudo autores como Alexandre Dumas, Lamartine, Victor Hugo, D'Arlicourt, Soulié, Walter Scott, Augustine Scribe ou Voltaire. Referência também para a existência nesta altura de um crescente número de traduções da Bíblia. Na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do séc. XX, surge um leque vasto de obras traduzidas de Vicente Blasco Ibañez, Maksim Gorki, J. Goethe, E. Hornung, Paolo Mantegazza, Catulle Mendès, William Shakespeare, Leon Tolstoi, ou Emile Zola, além de continuar a traduzir-se com frequência os já citados Alexandre Dumas e Victor Hugo<sup>18</sup>. No âmbito meramente historiográfico, da Revolução Francesa (séc. XVIII) e do crescimento das nações adeptas do regime liberal havia nascido o interesse pela exaltação e glorificação do passado nacional, através da ascensão e assunção da própria consciência histórica. Surgiu na Alemanha, pela obra de Niebuhr, a primeira abordagem da História como ciência independente. Da penumbra que revestia o período medieval nasce a centralização e valoração do 'documento', da fonte essencialmente documental como corpo do qual partirá todo o estudo diacrónico da vida do Homem em sociedade, abandonando-se mitos e concepções lendárias que ilustravam as obras até então conhecidas. Niebuhr criou escola e foi seguido por vários autores de grande nomeada, um pouco por toda a Europa. A sua *Monumenta Germanica Historica* terá servido inclusivamente de inspiração ao romancista e historiador Alexandre Herculano, que coligiu em quatro partes a famigerada

---

<sup>18</sup> Com base na obra *A Tradução em Portugal* de A. A. Gonçalves Rodrigues (1992-1999), Vols. I-V.



*Portugalliae Monumenta Historica*. Herculano é, na opinião do também historiador Joaquim Veríssimo Serrão, “o maior historiador português de todas as épocas”<sup>19</sup>, a quem coube “a honra de ter criado em Portugal a História como disciplina científica”<sup>20</sup>. Era liberal e foi parte activa na contenda que opôs D. Pedro a D. Miguel. Os seus volumes de História de Portugal, editados a partir de 1846, tornaram-se epicentro dos estudos que lhe sucederam, criando-se a partir de então uma verdadeira escola de historiadores que tomaram a sua obra como modelo. Influenciado ou não por Herculano, Simão José da Luz Soriano, seu contemporâneo e companheiro de armas e de luta política, escreveu aquela que será a principal obra alguma vez feita sobre o celeberrimo episódio do Cerco do Porto, de resto decisivo para a vitória final das tropas de D. Pedro IV. A monumental *Historia do Cerco do Porto: Precedida de uma Extensa Noticia sobre as Diferentes Fases Políticas da Monarquia*<sup>21</sup> é a grande e incontornável referência para onde remetem como fonte praticamente todos os estudos que versam o referido episódio histórico. Da sua autoria, e não menos célebre, é a obra *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*<sup>22</sup>, editada em 19 volumes, versando detalhadamente três épocas distintas, desde o reinado de D. Maria I ao desfecho das lutas entre liberais e absolutistas. A sua enorme valia advém não só da narração dos acontecimentos como também do conjunto de documentos que nela foram compilados. Importa referir que Soriano fez parte da Expedição Liberal, integrando o Batalhão de Académicos de Coimbra, tendo podido testemunhar *in loco* praticamente todas as incidências que rodearam a empresa que levou o Exército Libertador à tomada, resistência e defesa do burgo portuense. Não obstante o poder que *a priori* lhe confere esse factor testemunhal, importa sublinhar que não escapou à sua pena a crítica mordaz e o panegírico, variando de acordo com a perspectiva nem sempre imparcial, dado o interesse político do próprio autor. Os escritores contemporâneos da Guerra Civil, de Herculano a Soriano, passando, entre

---

<sup>19</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História Breve da Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo, 1962, p. 247.

<sup>20</sup> *Idem, ibid.*

<sup>21</sup> SORIANO, Luz. *História do Cerco do Porto: Precedida de uma Extensa Noticia sobre as Diferentes Fases Políticas da Monarquia*, Volumes I e II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1849.

<sup>22</sup> SORIANO, Luz. *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866 – 1884.

outros, por autores como o Visconde de Santarém, Rebelo da Silva, Latino Coelho, Manuel Pinheiro Chagas ou Luciano Cordeiro, constituíram um movimento de historiadores que é ainda nos nossos dias referência obrigatória para quem se debruça sobre a centúria de oitocentos. Nos últimos anos do séc. XIX, devido aos tumultuosos acontecimentos do período liberal, ao avanço das ideias republicanas e ao surgimento das concepções socialistas, aumenta o interesse pela “história recente” ou contemporânea, contrariando-se assim a tendência historiográfica de abordagem maioritariamente centrada na era antiga e medieval<sup>23</sup>. O movimento não foi porém continuado por razões ideológicas:

E, se esse movimento historiográfico não teve sequência, foi porque, mais tarde, acabou por vir ao de cima a «memória tradicional» portuguesa e porque o Estado Novo, além de dificultar ou mesmo impossibilitar o curso das grandes polémicas historiográficas, elegeu, «naturalmente» (...), outros períodos para análise dos historiadores.<sup>24</sup>

Seguiu-se um certo conservadorismo liberal, contrário a transformações e conflitos, que veio reavivar os velhos mitos e o tradicionalismo histórico. Já no século XX, e por ventura contrariamente ao que seria de esperar, com a queda da monarquia e a instauração do regime republicano, a tendência nacionalista, patriótica e tradicional manteve-se. Não se tratou somente de uma ‘preferência’, mas acabaria por impor-se quase que como uma obrigatoriedade uma vez que as leis censuradoras chegariam pouco depois do 5 de Outubro de 1910. Decorridos apenas dois anos desde a revolta que levou à implantação da República, e de certa forma como resposta às insurreições monárquicas que se fizeram sentir, foi aprovada aquela que ficaria conhecida como a “lei do garrote”:

A título de garantir a «defesa da República» e «assegurar a ordem no país» são aprovadas leis especiais, que no seu conjunto ficaram conhecidas como a «Lei do garrote», efectuando limitações à liberdade de imprensa e admitindo a possibilidade de apreensão de jornais e outras publicações.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> TORGAL, L. R., ROQUE, J. L. “Introdução” in MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: O Liberalismo*. Volume V. Lisboa: Editorial Estampa Lda., 1998, p. 17.

<sup>24</sup> *Idem, ibid.*

<sup>25</sup> GARCIA, M. G. *I Guerra Mundial: Cartazes da Coleção da Biblioteca Nacional*. Bibliografias BN. Lisboa: BNP, 2004, p. 208.

Entre 1910 e 1915, no período de maior fervor republicano, como em todos os períodos pós-revolucionários, importava romper, criticar, diabolizar o passado recente, que é como quem diz, a monarquia constitucional ou liberal. Surge posteriormente como contra-corrente a filosofia *Integralista*, apostada em fazer uma “renovação intelectual”<sup>26</sup> de âmbito conservador e anti-liberal, como se pode ler no texto de Rui Ramos, em *História de Portugal* (Vol. 6) de Mattoso (org.):

Os integralistas portugueses, inspirados também pelos neotomistas católicos, voltar-se-iam contra quatro séculos da história europeia, a Reforma protestante, o cartesianismo, a Revolução Francesa, tudo o que representara a ruptura individualista da ordem autoritária que, imaginavam eles, existira na Idade Média.<sup>27</sup>

Um dos homens que melhor corporizou o movimento foi António Sardinha, que fundou nesta corrente uma escola histórica que “se dedicou a corrigir a versão liberal da história”<sup>28</sup>, uma atitude igualmente seguida na época pela *Revista de História* dirigida por Anselmo Braamcamp Freire. Seguiu-se-lhe o “Estado Novo”, de índole autoritária, igualmente tradicionalista, integralista e com forte pendor católico, que se opunha a qualquer tipo de concepção do tipo ‘liberal’. Assim, procurou-se ocultar e esquecer as transformações revolucionárias do séc. XIX, centrando-se a escrita da História na glorificação episódica dos longínquos e heróicos ‘feitos lusitanos’. Nos livros e programas liceais, e em jeito de exaltação patriótica, tratou-se grandemente das imagens que importava recordar, como a ‘fundação da nacionalidade’, a ‘batalha de Aljubarrota’, o regresso de ‘o Desejado’ ou a ‘idade de ouro’ dos Descobrimentos. Por outro lado, tomava-se o liberalismo e a I República por períodos ‘negros’ da História de Portugal, a outra face da moeda, de um país todavia ‘refeito’ pela ‘ressurreição’ salazarista com a criação do Estado Novo<sup>29</sup>. Este ‘ambiente’ de controlo foi criado, uma vez mais, pela censura, uma arma que como vimos atrás havia sido experimentada, mais recentemente, pela I República e

---

<sup>26</sup> RAMOS, Rui. “A Cultura Republicana” in MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: O Liberalismo*, Volume V. Lisboa: Editorial Estampa Lda., 1998, p. 474.

<sup>27</sup> *Ibid.*, p. 475.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 476.

<sup>29</sup> TORRAL, L. R., ROQUE, J. L. “Introdução” in MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: O Liberalismo*, Volume V. Lisboa: Editorial Estampa Lda., 1998, p. 16

agora restaurada com vigor pela Ditadura Militar. A censura, então já constitucionalmente prevista, ganhou maior eficácia com a circular de 21 de Fevereiro de 1934, enviada aos proprietários livreiros de todo o país. Até então “o livro sempre se movimentara com algum à vontade”<sup>30</sup>. Nesse documento, a Direcção Geral de Censura e Informação exigia o envio de uma listagem com todas as publicações que “infringissem os códigos determinados pela função social que, segundo o pensamento da Constituição de 1933, deveria ser desempenhada pela Censura”<sup>31</sup>. Isto levou a que os agentes culturais se tornassem eles próprios também agentes do crivo censurador do Estado, apertando-se o cerco à circulação de temas susceptíveis de criar fractura relativamente à ordem oficial nascida do golpe militar de 28 de Maio. Desde 1932 que entre os vários pontos a observar na análise ‘prévia’ às publicações estava a “propaganda ou doutrinas políticas consideradas perigosas para a segurança do Estado”, onde poderemos encaixar facilmente o pensamento liberal ou liberalizante, tão intimamente ligado às narrativas bélicas e ao sentimento político dos seus autores, que eram, como veremos adiante, acérrimos partidários e defensores desse tipo de pensamento e de comportamento político e social. A censura perdeu como instituição inseparável e fundamental do regime durante décadas, e foi de tal forma incisiva ao ponto de criar na sociedade literária um espírito de auto-censura, fomentando um ambiente ao qual Régio se referiu usando um elucidativo adágio popular: “O medo é que guarda a vinha”<sup>32</sup>. Nas “novas directivas” de 1961 renovaram-se os ‘alvos’, como se pode ver pela circular oficial reproduzida por Cândido de Azevedo:

A censura propriamente de carácter político e social continua a exercer-se com os indispensáveis cuidados, como até aqui. As páginas literárias, atendendo que focam frequentemente problemas políticos, continuam sujeitas a censura.<sup>33</sup>

No ano de 1968, o despacho de 14 de Outubro não deixava dúvidas quanto às questões de âmbito religioso e que já há muito vinham sendo tidas em

---

<sup>30</sup> ABREU, M. L. D. A. “O subsistema da literatura ficcional traduzida em Portugal no ano da Constituição do Estado Novo e da Censura – 1933” in SERUYA, Teresa (org.), MONIZ, M. L., ROSA, A. *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2009, p. 108.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 108-9.

<sup>32</sup> AZEVEDO, C. *Mutiladas e Proibidas: Para a História da Censura Literária em Portugal nos Tempos do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997, p. 14.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 44.

conta: “Não será permitida a divulgação de notícias, artigos, crónicas ou comentários ou de quaisquer outros textos que (...) ofendam a moral cristã tradicional do país”<sup>34</sup>.

Como teremos oportunidade de evidenciar na análise detalhada que mais adiante se fará, quer da edição original da narrativa de George Hodges quer da sua tradução por João Anglin, são múltiplas as referências ou passagens do texto que ferirão, digamos assim, algumas das orientações da Censura relativamente à moral, à religião e à política. Posto isto perguntar-se-á: sendo certo o estabelecimento apertado da censura no nosso país – censura, aliás, desde há muito instituída, mas com maior incidência e rigor depois do golpe que instaurou a Ditadura Militar (28 de Maio de 1926) –, como se justificaria então que na década de 50 – em pleno *Estado Novo*, portanto – tivesse sido publicada a tradução portuguesa de *Narrative of the Expedition to Portugal* de George Lloyd Hodges, no Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira? Sendo certo que, por mais apertado e eficaz que o acto censório pudesse ter sido, seria praticamente impossível conseguir que nenhum texto escapasse ao controlo oficial. Além disso, existe pelo menos um factor que poderá ter justificado que a tradução de Anglin tenha passado incólume aos censores do regime ditatorial. Terá a ver desde logo com o seu âmbito muito restrito, dado tratar-se de uma tradução publicada num boletim de distribuição limitada, que circularia entre um número de leitores muitíssimo reduzido. Ao encontro desta ideia parece ir uma justificação clara expressa pela Censura relativamente ao livro *Os Irmãos Karamazoff*, de Dostoiewsky e dado como exemplo na obra de Cândido de Azevedo que temos vindo a citar. Escreveu o censor: “Como a tradução deste romance implica a sua divulgação, entendo ser o mesmo de proibir”<sup>35</sup>. Ora, esta predisposição pode significar, ainda que o carácter arbitrário da censura não nos permita sair do campo da hipótese<sup>36</sup>, que o seu contrário poderia ser permitido, ou

---

<sup>34</sup> AZEVEDO, C. *Mutiladas e Proibidas*, p. 59.

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 202.

<sup>36</sup> Apesar das várias legislações, determinações ou orientações dadas quanto a motivos específicos no sentido de inibir ou autorizar publicações, a Censura manteve, como refere Cândido de Azevedo em *Mutiladas e Proibidas* (p. 43), um “carácter abstracto, ilimitado, imprevisível e arbitrário”, o que torna bastante difícil qualquer tentativa de determinar, sem ser sempre com reservas e na base meramente hipotética, as razões específicas que levavam à proibição ou à autorização de publicação em cada caso. O próprio Chefe de Estado, António de Oliveira Salazar, numa entrevista a António Ferro, classificou a censura como “uma instituição defeituosa, injusta, por vezes sujeita ao livre arbítrio dos censores, às

seja, que desde que a tradução não implicasse “divulgação” o conteúdo ‘proibido’ poderia ser dado à estampa. Se por “divulgação”, entendermos o conhecimento e acesso a algo por parte do público em geral, vemos que a tradução de Anglin caberia perfeitamente nesta exceção, dado que ela se destinava não à generalidade do público mas sim ao reduzido âmbito científico do boletim e do instituto regional que o publicava.

Vejamos em seguida a natureza literária do tipo de obras de que a já citada narrativa de Hodges é exemplo, e que terão sido verdadeiras ‘mártires’ da obliteração historiográfica e literária de dois períodos histórica e politicamente adversos às ideias, práticas ou juízos nelas contidos.

### **3. As narrativas de viajantes como fonte historiográfica**

Os relatos de viagens tornaram-se ao longo da História campo vasto e rico de informação, e por isso mesmo de importância transversal em vários domínios do conhecimento, áreas de estudo e investigação.

Inicialmente assumiam um carácter meramente lúdico e revelaram-se como moda literária, sobretudo no século XVIII. Os relatos de viagem eram lidos na Europa, mormente em França, Inglaterra e Alemanha – em Portugal para que a moda pegasse em definitivo seria necessário esperar até ao século seguinte – por quem queria viajar e não tinha meios para o fazer. As descrições dos países, dos monumentos, de outros povos e culturas, entretinham, espantavam e apaixonavam o público a que se destinavam.

Como refere Castelo Branco Chaves, novas realidades e diferentes perspectivas eram dadas a conhecer, por via das narrativas, àqueles que estavam mergulhados numa realidade única, numa perspectiva residual que era a sua e que a sua conjuntura política havia determinado:

A variedade das crenças, a multiplicidade de religiões, a diversidade moral, as diversas formas de governar e de os homens se constituírem em sociedade, o «bom selvagem», ajudavam os filósofos a minar a Autoridade, consubstanciada na Igreja Católica e na instituição monárquica”<sup>37</sup>.

---

variantes do seu temperamento, às consequências do seu mau humor” (in FERRO, A. *Salazar*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1993, pp. 46 e ss.).

<sup>37</sup> CHAVES, Castelo Branco. *Os Livros de Viagens em Portugal no Século XVIII e a sua Projecção Europeia*. Col. Biblioteca Breve nº 15. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação, 1987, p. 11.

O relato de viajantes enquanto “acto de tradução”<sup>38</sup>, ou seja, enquanto transposição da realidade vivida para a realidade descrita, não pode ser visto sem que se tenha em conta a possível transformação do que foi percebido em obediência ao que era expectável pelo seu autor. Os locais e os acontecimentos vivenciados acabam também por interferir e condicionar as expectativas com reflexo na própria narração. Invariavelmente, as narrativas mostram-nos também a forma como a própria realidade é encarada, construída ou até mesmo aqui e ali ocultada<sup>39</sup>. Importará assim, no âmbito tradutivo, como exercício de pré e para-tradução, conhecer bem o autor original do texto, as suas expectativas, a sua cultura, os seus interesses e motivações, tendo em vista o alcance da mais correcta e fidedigna transposição para a mensagem e para as ideias que o autor do texto pretende fazer passar.

A perspectiva dos viajantes europeus, nomeadamente sobre a Península Ibérica, vinha já moldada por ideias preconcebidas. Preconceito adquirido pela leitura de obras de Voltaire ou Montesquieu, grandes escritores e descritores da Península Ibérica e dos seus autóctones, que nunca tinham, contudo, atravessado os Pirenéus e tido contacto com a suposta realidade que descreviam e adjectivavam. O objectivo dos novos narradores era então agora o de comprovar aquilo que já pensavam ser a realidade do “Outro”, tomar contacto directo com esses países e povos, dos quais tinham uma imagem pré-determinada por influência, como atrás se disse, meramente literária ou romanceada.

Após o terramoto de 1755, altura em que a cidade de Lisboa, então uma das maiores metrópoles europeias, se encontrava mergulhada em ruínas, a já de si exótica e por isso atractiva população portuguesa passou a ser o centro das atenções.

Não foi ainda nesta altura, porém, apesar de tamanho cataclismo poder ter sido imediatamente encarado como acontecimento histórico incontornável, que o rigor da descrição passou a ser tido em conta pelos viajantes, antes

---

<sup>38</sup> DUNCAN, James; GREGORY, Derek. “Introduction” in *Writes of Passage. Reading Travel Writing*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1999, pp. 1-13.

<sup>39</sup> SANCHES, M. Ribeiro. “Viagens: da certeza de si à reflexividade etnográfica. Os relatos de La Pérouse e de Chamisso sobre a Califórnia”, in BUESCO, Helena C. e DUARTE, João F. (coord.). *Narrativas da Modernidade: a Construção do Outro*. Lisboa: Colibri, 2001, pp. 77-101.

pelo contrário. O preconceito de que atrás falámos toldou grande parte da crítica, falseando-se naturalmente a realidade do tempo e do espaço, da própria cidade, das gentes, das classes políticas e dos governantes.

Tal facto não afasta, todavia, a possibilidade de se extrair dos relatos a imagem social do português-médio da época. Isso obriga porém, como refere Castelo Branco Chaves, que tais livros sejam “criticamente expurgados do que neles ficou de tendencioso e improvisado, quando não propositadamente mentido”<sup>40</sup>.

E se, como refere o mesmo autor, “no século XVIII viajou-se muito pelo simples interesse de conhecer outras terras e outras gentes, diferentes leis e diversos costumes”, na centúria seguinte, muito por via das contendas militares na Europa, prosseguiu a ‘moda’ da narrativa de viagem, desta feita não só pelo seu carácter lúdico e enquanto experiência individual ou pessoal, mas também pela sua peculiar dimensão bélica, política e historiográfica. Este tipo de publicações assumiu-se verdadeiramente como testemunho dos acontecimentos vividos por cada narrador. E importa aqui evidenciar o sentido da narrativa no âmbito da escrita da História, nos testemunhos que directa ou indirectamente vieram a ser fonte de múltiplas obras de carácter científico, sem nunca, no entanto, deixar de se referir, ainda que superficialmente, a relevância que tais relatos possam ter tido para demais áreas da literatura e do conhecimento em geral:

Le voyage est alors consubstantiel à l’histoire, à la mythologie et à la littérature, sans parler bien sûr de l’ethnographie. Le voyage est l’un des archétypes thématiques et symboliques parmi les plus productifs de la littérature. Toujours renouvelable, tourné vers un lieu par excellence variable, le voyage offre à la littérature une de ses grandes matières premières<sup>41</sup>.

A emergência do *romantismo* como reacção ao pensamento *abstracto* e *racional* das correntes *iluministas* do século XVII e XVIII veio centrar atenções sobre o indivíduo, sobre a sua visão e o seu papel na sociedade. Também a própria escrita da história seria naturalmente influenciada pela corrente romântica: “The romantic movement also bred the cult of the individual and, in historiography, a passionate interest in individuals and the heroism

---

<sup>40</sup> CHAVES, Castelo Branco. *Os Livros de Viagens em Portugal*, p. 13.

<sup>41</sup> KRYSINSKI, Wladimir. “Discours de Voyage et sens de L’ Altérité” in SEIXO, M. Alzira (coord.). *A Viagem na Literatura*. Mem Martins: Europa-América, 1997, pp. 236-60.



of their stories”<sup>42</sup>. É, pois, neste contexto que a narrativa assume o seu lugar de destaque na literatura, também enquanto *fonte* ou enquanto conjunto descritivo de factos históricos vivenciados na primeira pessoa pelo seu autor/narrador:

Sources are thus those materials from which historians construct meanings. Put another way, a source is an object from the past or testimony concerning the past on which historians depend in order to create their own depiction of that past. A historical work or interpretation is thus the result of this depiction. (...) A source provides us evidence about the existence of an event; a historical interpretation is an argument about the event.<sup>43</sup>

No âmbito das fontes escritas importa reconhecer desde logo a tipologia do documento, pois o seu enquadramento e forma são fundamentais para valorar o seu conteúdo. Os diversos tipos de fonte não podem ser lidos ou interpretados de igual forma, devendo antes ser analisados quanto às suas propriedades formais e quanto à sua substância. Enquanto fonte histórica, a narrativa em si insere-se no conjunto de textos cujos propósitos nem sempre surgem bem definidos. Uma descrição pessoal de acontecimentos pode ser uma tentativa ‘justiceira’ do próprio autor: “the so-called ego document or personal narrative such as a diary or memoir might be composed in order to persuade readers of the justice of the author’s actions”<sup>44</sup>. Impõe-se, pois, a necessidade de analisar profundamente o texto, o seu enquadramento, as circunstâncias em que foi redigido, o percurso, a vida e as motivações do seu autor, para interpretar o conteúdo e a finalidade da forma mais fidedigna possível. A falta destes pressupostos acaba por ‘isolar’ a narrativa no tempo e no espaço. Perde-se a sua origem, o seu significado e a sua razão de ser. Daí que, como veremos na análise à única tradução existente da narrativa de George Lloyd Hodges, a falta do devido enquadramento e das necessárias anotações contextualizadoras da acção narrada – aliada às questões linguísticas não menos importantes – acabam por retirar à obra de Hodges o seu real potencial historiográfico enquanto *fonte*.

---

<sup>42</sup> HOWELL, M., PREVENIER, W. *From Reliable Sources: An Introduction to Historical Methods*. Ithaca e Londres: Cornell University, 2001, p. 9.

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>44</sup> *Ibid.*, pp. 20-21.

Como vimos, a historiografia portuguesa oficiosa da I República e do Estado Novo, subtraindo propositadamente o período e os acontecimentos históricos da guerra e instauração da monarquia liberal (1828-1834), desvalorizou essas fontes de informação que eram e são as narrativas bélicas, independentemente de haver ou não a respectiva tradução para português, o que era raro. Porém, ainda durante o período liberal, o historiador Joaquim Pedro de Oliveira Martins recorreu<sup>45</sup>, entre outros intervenientes directos na Guerra Civil, aos militares britânicos – nomeadamente Hodges, Shaw e Napier – e respectivas narrativas, quer para a elaboração da sua *História de Portugal*<sup>46</sup>, quer da obra que lhe veio a dar continuidade: *Portugal Contemporâneo*<sup>47</sup>. Mesmo nos anos que se seguiram à guerra civil não parece ter havido, *a priori*, grande preocupação editorial e historiográfica em traduzir esses relatos para português, quase todos eles escritos e publicados originalmente em inglês. Situação excepcional será porventura a obra de Hugh Owen, como veremos pormenorizadamente noutra capítulo desta dissertação. Owen, uma vez radicado em Portugal e de certa forma familiarizado com a nossa língua decidiu relatar a sua experiência também em português, isto para que a sua versão dos acontecimentos chegasse mais facilmente ao seu destinatário, ou seja, ao povo da cidade do Porto, como o autor declara na própria introdução à obra.

Mas foi sobretudo no séc. XX que se deu maior atenção às memórias redigidas por militares estrangeiros sobre a Guerra Civil. Como veremos adiante, Raul Brandão decidiu aperfeiçoar, prefaciá-lo e anotá-lo a obra do coronel Hugh Owen atrás referida, no ano de 1915. De então para cá, só depois de 25 de Abril de 1974 é que se recentraram atenções sobre tais relatos, com alguns estudos e traduções, trabalhos essencialmente elaborados no âmbito historiográfico. Teresa Seruya chama no entanto a atenção para a necessidade da confluência bibliográfica/memorial de traduções que se encontram dispersas ou mesmo ignoradas, de forma a configurar-se um todo de ‘documentos’ e ‘fontes’ de bom proveito para a investigação:

---

<sup>45</sup> *DICIONÁRIO de Literatura*, p. 853.

<sup>46</sup> MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. [1879] Lisboa: Guimarães & Cia. Editores, 1977.

<sup>47</sup> MARTINS, Oliveira. *Portugal Contemporâneo*. [1881] 3ª ed. Lisboa: Livraria de António Mª Pereira, 1895.

A tradução sempre constituiu uma parte significativa dessa [portuguesa] cultura literária, conquanto nem sempre reconhecida e interiorizada. Falta, porém, um “local de memória” que o registre de forma não casuística. É que os livros/traduições publicados provavelmente existem todos ainda, pelo que o seu esquecimento não é irreversível, mas trazê-los da dispersão completa para integrarem um todo, ainda que *in progress*, confere-lhes novo estatuto: por um lado, documento de uma determinada realidade – a da forte presença das culturas estrangeiras na textualidade nacional, por outro a sua constituição como fonte para um leque variado de pesquisas.<sup>48</sup>

Certamente que a inexistência deste *corpus* específico no nosso país terá também contribuído para o parco aproveitamento das narrativas a que nos temos vindo a referir, muitas delas absolutamente desconhecidas e nem sempre tidas em conta nas obras de referência que versam a *literatura*. Um dos objectivos desta tese é também contribuir para a constituição de um todo documental, a partir das obras dispersas sobre a realidade da Guerra Civil em Portugal.

Foi A. A. Gonçalves Rodrigues quem fez a primeira e até à data única tentativa de recolha bibliográfica de todas as publicações traduzidas para a língua portuguesa. Esta vasta obra abarca um período de mais de cinco séculos de publicações, ou seja, entre 1495 e 1950. Ficou-se todavia pelo 5º volume, contemplando traduções publicadas em Portugal até ao ano de 1930. É ainda, tendo em conta o panorama actual no que diz respeito ao *corpus* de livros vertidos para português, uma produção bibliográfica de referência incontornável, como salienta, apesar das naturais reservas, a introdução que J. A. Flor faz ao 5º volume da própria obra:

Temos dificuldade em acreditar que, em termos absolutos, se possa atingir a exaustividade; nem sabemos se esta constituirá um valor em si mesmo, mas é imperativo reconhecer, nesta obra, a tendência marcada para uma espécie de exaustividade qualitativa, de extrema importância.<sup>49</sup>

Convém referir que, anteriormente à Revolução dos Cravos, algumas diegeses haviam servido como *fonte*, mas neste caso, de inspiração, para a elaboração de romances no âmbito da literatura lúdica e pouco mais. Referimo-nos designadamente a romances de Camilo Castelo-Branco ou de Maria Amália Vaz de Carvalho. Esta última escreveria até no seu livro *Em*

---

<sup>48</sup> SERUYA, Teresa. “Introdução a uma bibliografia crítica da tradução de literatura em Portugal durante o Estado Novo” in SERUYA, T. (org.), MONIZ, M. L., ROSA, A. *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2009, p. 72.

<sup>49</sup> FLOR, J. A. “Apresentação do 5º Volume” in RODRIGUES, G. *A Tradução em Portugal: 1901-1930*. Volume V. Lisboa: ISLA, 1999.

*Portugal e no Estrangeiro* que “uma das leituras mais curiosas que pode haver é a de viagens feitas por estrangeiros de diversas nações na nossa terra”<sup>50</sup>.

A literatura viajeira em geral é, de resto, campo aberto para vários tipos de leituras, análises ou interpretações. Assumem-se, neste tipo de textos, desde simples traços de carácter do autor até à forma como a complexidade da sua própria mundividência se reflecte nas palavras, influenciada naturalmente pela posição cultural, pela origem e pela educação recebida. A aparente “inocência” pode revelar-nos até, por exemplo, dimensões de natureza ideológica, como nos sugere Susan Bassnett: “While an account of a journey may seem to be innocent, there is always an ideological dimension, for the traveller is approaching his or her material form a particular perspective, the perspective of the outsider (for the time and space of the journey) writing for an inside group back home”<sup>51</sup>.

É certo que existem já algumas, embora poucas, narrativas traduzidas sobre a Guerra Civil (1828-1834)<sup>52</sup> e alguns estudos científicos publicados dentro desse contexto histórico, político e social. Contudo, torna-se uma matéria de inegável importância para a historiografia portuguesa sobre aquele período específico incidir atenção, análise e interpretação sobre as narrativas bélicas que faltam ainda traduzir e estudar, ou rever as que já foram alvo de abordagem à luz dos conceitos e métodos científicos actuais. Tendo-se aqui anteriormente aludido às fontes e à sua importância, importa ressaltar a conjugação e a multiplicidade das mesmas para o historiador, segundo a obra de Howell e Prevenier:

Typically, historians do not rely on just one source to study an event or a historical process, but on many, and they construct their own interpretations about the past by means of comparison among sources

---

<sup>50</sup> CARVALHO, M. A. Vaz de. *Em Portugal e no Estrangeiro: Ensaio crítico*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira - Livraria Editora, 1899, p. 4.

<sup>51</sup> BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André. *Constructing Cultures: Essays on Literary Translation*. Clevedon, Multilingual Matters, 1998, p. 33

<sup>52</sup> Narrativas traduzidas: HODGES, G. L. *Narrative of the Expedition to Portugal* (1833) traduzida parceladamente por João H. Anglin no Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira entre 1950 e 1956; NAPIER, C. *An account of the war in Portugal between Don Pedro and Don Miguel* (1836) traduzida por Manoel J. P. Codina em 1841 (reedição pela Caleidoscópico em 2005); ALEXANDER, J. E. *Sketches in Portugal, During the Civil War of 1834* (1835) traduzida por Teresa Pinto Coelho em 2003; SAINT-PARDOUX (Barão de) *Campagnes de Portugal en 1833 et 1834* traduzida anonimamente de forma resumida em 1836 (reedição pela Caleidoscópico em 2007).

– by sifting information contained in many sources, by listening to many voices.<sup>53</sup>

É neste sentido que a conjugação das várias narrativas, das várias interpretações, visões e versões dos acontecimentos vivenciados na primeira pessoa, pode constituir-se como um todo relevante de *fontes* para o desenvolvimento da historiografia portuguesa sobre a guerra civil.

Recapitulando, a tradução fez sempre parte quer da História propriamente dita quer da Historiografia, porquanto tomou lugar na primeira, influenciando decisivamente o curso de vários acontecimentos à escala mundial. A partir do séc. XVIII, e inicialmente com carácter meramente recreativo, popularizaram-se as narrativas viajeiras, que evoluindo para relato de acontecimentos históricos passaram a assumir-se também elas como *fonte*. Exemplo disso são as narrativas de militares estrangeiros sobre a Guerra Civil (1828-1834), que se constituíram de resto como importante e incontornável fonte interdisciplinar, mas sobretudo histórica, que nos importa aqui evidenciar. Parece-nos igualmente que, do ponto de vista da escrita da História, os estudos dos acontecimentos a que se reportam essas narrativas se encontram actualmente em fase de desenvolvimento, após dois contextos politicamente adversos e contrários à sua livre abordagem: I República e Estado Novo. Destes dois factores decorrerá a necessidade de se estabelecer uma ponte, i. e., conferir *fontes* às lacunas historiográficas. Essa ponte, no caso das narrativas de militares britânicos e do contributo que possam dar ao estudo dos acontecimentos e do contexto a que se reportam (Guerra Civil – 1828 a 1834), pode e deve passar por uma tradução linguisticamente eficaz e devidamente contextualizada do ponto de vista histórico, político e social.

Façamos então, em seguida, uma incursão mais aprofundada a essas narrativas históricas realizadas no contexto específico da Guerra Civil Portuguesa (1828-1834), com recurso ao necessário enquadramento histórico-político e à análise sucinta de dois exemplos práticos.

---

<sup>53</sup> HOWELL, PREVENIER. *From Reliable Sources*, p. 69.